

CONCURSO PÚBLICO

CÓDIGO S10	PROVA W	ATENÇÃO: VERIFIQUE SE CÓDIGO E PROVA DESTE CADERNO DE QUESTÕES CONFEREM COM O SEU CARTÃO DE RESPOSTAS
MANHÃ		



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

CARGO: CONTADOR

FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

*“A natureza nos uniu em uma imensa família, e devemos
viver nossas vidas unidos, ajudando uns aos outros.”*

Sêneca

A T E N Ç Ã O :

1. O **Caderno de Questões** contém questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções A, B, C, D e E.
2. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento, cargo e prova. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 1 hora contada do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** caso permaneça na sala até 1 hora antes do término da prova.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões** e no **Cartão de Respostas**. Qualquer outro tipo de anotação será motivo de eliminação automática do candidato.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.funcab.org, conforme estabelecido no Cronograma.

Realização:

CONHECIMENTOS GERAIS

- Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Texto:

Por que temos a sensação de que, em nosso País, há impunidade? Existem muitas respostas para essa pergunta, mas nos cingiremos a uma delas: o fato de que, atualmente, a liberdade é regra e a prisão exceção.

Todas as nossas leis penais e processuais penais partem dessa premissa. A constrição da liberdade somente tem lugar quando há grave violação ao pacto social, por ser medida extrema e demasiadamente aflictiva.

Mas nem sempre foi assim. A História é pródiga em nos mostrar como o valor liberdade, tão eclipsado em determinados períodos, cresceu e foi, aos poucos, reconhecido como inerente à condição humana, tendo ampliado seus vetores para outras direções e deixado de ser protegido apenas quanto ao aspecto da liberdade de ir e vir.

Com efeito, é por uma razão de ordem existencial – o ideal do homem livre – e não jurídica, que nossas leis primam pela utilização da prisão como último recurso. Assim, apenas em modalidades estritamente previstas em lei, o Estado, e somente o Estado, pode impor a pena das penas: o cárcere.

Beccaria chegou a afirmar que “um roubo praticado sem uso de violência apenas deveria ser punido com uma pena em dinheiro. É justo que aquele que rouba o bem de outrem seja despojado do seu.” Mas reconheceu a dificuldade da medida: “Contudo, se o roubo é comumente o crime da miséria e da aflição, se esse crime apenas é praticado por essa classe de homens infelizes, para os quais o direito de propriedade (direito terrível e talvez desnecessário) apenas deixou a vida como único bem, as penas em dinheiro contribuirão tão-somente para aumentar os roubos, fazendo crescer o número de mendigos, tirando o pão a uma família inocente para dá-lo a um rico talvez criminoso.”

O nosso legislador, por uma questão de política criminal certamente não inspirada em Beccaria, apenou o crime de roubo com a privação de liberdade. Mas para que uma pessoa seja presa por isso, deverá ser, antes de tudo, submetida a um devido processo legal.

Trata-se da prisão decorrente de sentença penal condenatória. Esta modalidade de prisão é factível quando, após um processo regular e válido, com ampla defesa e contraditório, a autoridade judicial, devidamente investida em seu

cargo, condena um indivíduo por um crime cuja pena cominada seja privativa de liberdade.

Ainda assim, a efetiva prisão somente será possível quando o processo transitar em julgado, ou seja, quando não couber mais recurso da decisão. Isso porque, em nosso País, seguindo a esteira processualista mais moderna, não há necessidade de recolhimento ao cárcere para apelar, em virtude do princípio constitucional da presunção da inocência.

Uma vez decretada a procedência da acusação, ou seja, tendo o Estado reconhecido a justa causa para a pretensão punitiva através de uma sentença condenatória, dá-se início ao cumprimento da pena, com seus diferentes regimes.

Em suma, esta é a prisão que se justifica pelo cometimento de um crime, cuja autoria e materialidade restaram devidamente comprovadas por meio de um processo judicial justo. (ARAGÃO, Daphne Polisel. In: <http://curiofisica.com.br/index.php/direito/processual-penal/prisao-e-liberdade-i-2#more-2377>)

1. A argumentação desenvolvida ao longo do texto está orientada no sentido de levar o leitor a concluir que:

- A) no Brasil, a sensação de impunidade é maior à medida que a noção de liberdade se torna mais forte que a própria noção de justiça.
- B) só não há impunidade no Brasil quando o crime a ser penalizado consiste em roubo praticado sem emprego de violência.
- C) nossa legislação, embora não inspirada diretamente em Beccaria, adotou uma política penal e processual penal que só beneficia o infrator.
- D) a sensação de impunidade no Brasil é tão só decorrência de uma legislação que priorizou a liberdade como valor inerente ao homem.
- E) a impunidade no Brasil é fruto da adoção de uma política que burocratizou o processo penal, facilitando o não cumprimento da lei.

2. Beccaria afirma que “um roubo praticado sem uso de violência apenas deveria ser punido com uma pena em dinheiro” (parágrafo 5), justificando imediatamente essa tese com:

- A) uma explicação.
- B) um fato tomado como evidência.
- C) um exemplo.
- D) uma comparação.
- E) uma conclusão lógica.

3. Releia-se o que escreve Beccaria:

“Contudo, se o roubo é comumente o crime da miséria e da aflição, se esse crime apenas é praticado por essa classe de homens infelizes, para os quais o direito de propriedade (direito terrível e talvez desnecessário) apenas deixou a vida como único bem, [.....] as penas em dinheiro contribuirão tão-somente para aumentar os roubos, fazendo crescer o número de mendigos, tirando o pão a uma família inocente para dá-lo a rico talvez criminoso.” (parágrafo 5)

A palavra ou locução que, usada no espaço entre colchetes deixado no período, fortalece a conexão lógica entre as orações adverbiais condicionais e o que ele afirma a seguir é:

- A) então.
- B) por outro lado.
- C) mesmo.
- D) inclusive.
- E) além disso.

4. O sentido do enunciado altera-se com a substituição da locução empregada no texto por qualquer das formas sugeridas em:

- A) ou seja / vale dizer, por outra. (parágrafo 8)
- B) Uma vez / Desde que, Caso. (parágrafo 9)
- C) Em suma / Em resumo, Sintetizando. (parágrafo 10)
- D) Com efeito / De fato, Realmente. (parágrafo 4)
- E) Ainda assim / De maneira que, De sorte que. (parágrafo 8)

5. Todos os termos a seguir explicam ou esclarecem o que se disse anteriormente na frase, COM EXCEÇÃO apenas de:

- A) o cárcere. (parágrafo 4)
- B) quando não couber mais recurso da decisão. (parágrafo 8)
- C) pelo cometimento de um crime. (parágrafo 10)
- D) o fato de que, atualmente, a liberdade é regra e a prisão exceção. (parágrafo 1)
- E) o ideal do homem livre. (parágrafo 4)

6. Há ERRO evidente na determinação da circunstância expressa no contexto da oração pelo seguinte adjunto adverbial:

- A) após um processo regular e válido, com ampla defesa e contraditório. / tempo (parágrafo 7)
- B) em virtude do princípio constitucional da presunção da inocência. / consequência (parágrafo 8)
- C) por meio de um processo judicial justo. / instrumento (parágrafo 10)
- D) por uma questão de política criminal. / causa (parágrafo 6)
- E) com a privação de liberdade. / modo (parágrafo 6)

7. É visível a alteração de sentido do enunciado com a substituição da palavra em destaque por qualquer das duas indicadas em:

- A) é factível quando / exequível, realizável. (parágrafo 7)
- B) cuja pena cominada / prescrita, imposta. (parágrafo 7)
- C) presunção de inocência / pretensão, afetação. (parágrafo 8)
- D) constricção da liberdade / restrição, limitação. (parágrafo 2)
- E) inerente à condição humana / atinente, pertinente. (parágrafo 3)

8. Há ERRO óbvio no comentário a respeito da significação da palavra destacada em:

- A) com a privação de liberdade / sinônimo de “supressão”.
- B) prisão decorrente de sentença penal condenatória / antônimo de “oriunda”.
- C) dá-se início ao cumprimento da pena / parônimo de “comprimento”.
- D) o valor liberdade, tão eclipsado / palavra em sentido figurado, metáfora.
- E) o Estado, (...) pode impor a pena / homônimo de “pena” com valor de “pluma”.

9. Na formação das palavras relacionadas a seguir, o papel do sufixo em destaque está indicado com evidente equívoco na alternativa:

- A) cometimento - recolhimento (forma substantivos de verbos)
- B) estritamente - certamente (forma advérbios de adjetivos)
- C) acusação - utilização (forma substantivos de substantivos)
- D) impunidade - materialidade (forma substantivos de adjetivos)
- E) processual - criminal (forma adjetivos de substantivos)

10. É inaceitável, do ponto de vista das normas em vigor, a mudança de pontuação sugerida na alternativa:

- A) nem sempre foi assim. A História é pródiga em nos mostrar / usar dois pontos (seguido de minúscula) em lugar de ponto.
- B) o Estado, e somente o Estado, pode impor a pena / usar travessões em vez de vírgulas para destacar ainda mais o papel do Estado.
- C) o Estado (...) pode impor a pena das penas: o cárcere / substituir os dois pontos por vírgula.
- D) Existem muitas respostas para essa pergunta, mas nos cingiremos a uma delas / deslocar a vírgula para depois da conjunção.
- E) a liberdade é regra e a prisão exceção / sinalizar com vírgula a elipse do verbo.

11. Tal como o substantivo “recolhimento” – que tanto pode reger a preposição “a” (“recolhimento ao cárcere”) como a preposição “em” –, todos os nomes a seguir admitem dupla regência, COM EXCEÇÃO apenas do que está destacado em:

- A) direito de propriedade (parágrafo 5).
- B) inspirada em Beccaria (parágrafo 6).
- C) decorrente de sentença penal condenatória (parágrafo 7).
- D) respostas para essa pergunta (parágrafo 1).
- E) violação ao pacto social (parágrafo 2).

12. Tentando reescrever passagens do texto, só se escapou ao ERRO de concordância verbal em:

- A) é justo que aquele que rouba o bem de outrem seja despojado do seu / É justo que seja despojado dos seus bens aqueles que roubam o bem de outrem (parágrafo 5)
- B) um roubo praticado sem uso de violência apenas deveria ser punido com uma pena em dinheiro / deveria apenas ser punido com penas em dinheiro um roubo praticado sem uso de violência (parágrafo 5)
- C) trata-se da prisão decorrente de sentença penal condenatória / Tratam-se das prisões decorrentes de sentenças penais condenatórias (parágrafo 7)
- D) todas as nossas leis penais e processuais penais partem dessa premissa / Dessa premissa parte todas as nossas leis penais e processuais penais (parágrafo 2)
- E) é por uma razão de ordem existencial (...) que nossas leis primam pela utilização da prisão / são por razões de ordem existencial que nossas leis primam pela utilização da prisão (parágrafo 3)

13. A autora escreve “mas nos cingiremos a uma delas” (parágrafo 1), e não “cingiremo-nos”, para não infringir a mesma regra de colocação pronominal DESRESPEITADA em:

- A) aquele livro era ótimo, por isso tenho procurado-o com insistência.
- B) procure o livro para mim, que eu hoje não procuro-o mais.
- C) venho tentando achar o livro, mas quem disse que encontro-o?
- D) o livro havia sumido e eu queria que alguém procurasse-o.
- E) se não achasse o livro na estante, eu procuraria-o por toda a casa.

14. A autora não coloca acento grave no “a” de “mas nos cingiremos a uma delas” (parágrafo 1), do mesmo modo que o evitaria se, em vez de “a uma delas”, houvesse escrito:

- A) a que interessa no momento.
- B) a de ordem social.
- C) a seguinte.
- D) a principal.
- E) a esta.

15. Escrevem-se com “ç”, como “presunção” (parágrafo 8), e com “s”, como “pretensão” (parágrafo 9), respectivamente, os sufixos dos substantivos usados em:

- A) preven...ção do crime – apreen...ção da droga
- B) extin...ção da quadrilha – distor...ção dos fatos
- C) propen...ção ao delito – deten...ção do bando
- D) conten...ção da fuga – deser...ção do soldado
- E) subver...ção da ordem – exten...ção da pena

- Atualidades Regionais

16. Ao se analisar a situação econômica da região Norte, pode-se constatar que a geração de energia comprometeu o seu crescimento e o grande obstáculo para um melhor desempenho no setor foi:

- A) falta de empenho dos governos estaduais em desenvolver novas pesquisas.
- B) ausência de rios planálticos que facilitam a instalação de usinas hidrelétricas.
- C) oferta de gás natural vinda de áreas produtoras distantes, como a região Sul.
- D) ter reservas de carvão insuficientes para atender às necessidades do setor.
- E) dispor de um tipo de petróleo considerado inadequado à geração de energia.

17. Os principais líderes mundiais estiveram reunidos em Seul, capital da Coreia do Sul, durante a segunda semana de novembro, para debaterem problemas relacionados à economia mundial, principalmente a questão cambial, já que a prática chinesa de manter a sua moeda desvalorizada artificialmente é considerada uma prática desleal pelas demais nações. Devido à prática cambial chinesa, o comércio internacional está sendo marcado por:

- A) queda no volume de vendas, por conta da valorização da moeda norte-americana.
- B) medidas protecionistas contra os produtos chineses, lideradas pelos japoneses.
- C) negociações bilaterais entre os chineses e aqueles interessados em seus produtos.
- D) oferta de produtos chineses a preços menores que o de seus concorrentes.
- E) intervenção da Organização Mundial do Comércio em todas as negociações.

18. O Brasil subiu quatro posições no ranking global de bem-estar das populações em 2010. Saltou da 77ª para a 73ª colocação. A escalada brasileira de quatro posições obtida em 2009 foi o melhor desempenho no ranking, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud. Os dados do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – refletem o país de 2009 para a maioria dos indicadores e poderíamos estar em melhor posição caso tivesse havido avanços em todos os setores avaliados pela ONU. Neste caso, o setor que pode ter impedido uma melhor colocação para o país foi:

- A) esperança de vida.
- B) saneamento básico.
- C) acesso à internet.
- D) renda *per capita*.
- E) escolaridade.

19. Responda esta questão com base na previsão do tempo para 19/08/2009.

Mais uma “friagem” deve atingir Rondônia esta semana – a quinta do ano – provocando acentuado declínio nas temperaturas, principalmente no sul e oeste do estado.

A justificativa para o avanço da frente fria na região Norte, nesta época do ano é:

- A) interferência nos estados do tempo devido aos fenômenos El Niño e La Niña.
- B) efeito das longas temporadas de tempo seco, típico do outono-inverno.
- C) consequência da formação de zonas de convergência equatorial e tropical.
- D) facilidade da massa polar atlântica chegar até a Amazônia ocidental.
- E) alteração na dinâmica das massas de ar por conta do aquecimento global.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- Noções de Administração Pública

20. A Assembleia Legislativa de Rondônia revogou a proteção estadual de quase 1 milhão de hectares de florestas. O ato foi formalizado por leis complementares. Elas extinguiram sete unidades de conservação que somam pouco mais de 973 mil hectares – o equivalente a mais de seis cidades de São Paulo. Abaixo, você encontra uma opção que destaca corretamente a justificativa para a medida aprovada pelo Poder Público. Assinale-a.

- A) Previsão de dar sequência à expansão da agricultura de café e soja.
- B) Espaço que será destinado à construção de casas para a população.
- C) Pressão de madeireiras, fazendeiros, mineradores ou do próprio governo.
- D) Necessidade de dar continuidade às obras da rodovia BR-364.
- E) Área prevista para ser inundada no conjunto de obras das hidrelétricas.

21. Nos quadros da Administração Pública há cargos efetivos, cargos vitalícios e cargos em comissão. Todos são criados por lei, em caráter permanente e número certo, remunerados pelos cofres públicos. Em outras palavras, são cargos públicos. Sobre os cargos públicos, uma afirmativa NÃO está correta. Identifique-a.

- A) Quando um cargo for extinto ou for declarada a sua desnecessidade, o servidor que o ocupa, sendo estável, ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- B) Os cargos em comissão são permanentes, mas de ocupação transitória; seus titulares são nomeados em função da relação de confiança que existe entre eles e a autoridade nomeante.
- C) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, nos casos de: dois cargos de professor; um cargo de professor e outro técnico ou científico; dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas.
- D) Os titulares dos cargos efetivos mantêm vínculo profissional e funcional permanente com o cargo e suas atribuições, vale dizer, com a Administração. São os agentes públicos que ingressam nas carreiras do serviço público por meio do concurso público.
- E) Os cargos em comissão, a serem preenchidos exclusivamente por servidores efetivos, de carreira, destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

22. De acordo com a Lei Complementar nº 68/92 do Estado de Rondônia constitui um direito do servidor público:

- A) ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.
- B) recusar fé a documentos públicos.
- C) promover manifestações de apreço ou desapreço no recinto da repartição.
- D) requerer, pedir reconsideração e recorrer de decisões.
- E) participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou mandatário.

23. Os servidores públicos, no desempenho de suas funções ou a pretexto de exercê-las, podem cometer infrações de três ordens: administrativa, civil e penal. Sobre as responsabilidades dos servidores pela prática dessas infrações, uma das afirmativas está INCORRETA. Identifique-a.

- A) A responsabilidade administrativa é a que resulta da violação de normas internas da Administração pelo servidor sujeito ao estatuto e disposições complementares.
- B) A extinção da penalidade administrativa dá-se, normalmente, pelo seu cumprimento ou, excepcionalmente, pela sua prescrição, podendo, ainda, ser concedida a anistia administrativa por meio de ato Legislativo.
- C) As responsabilidades civil, administrativa e penal são independentes e podem ser apuradas conjunta ou separadamente.
- D) A responsabilidade civil é a imputação ao servidor público da obrigação de reparar o dano que tenha causado à Administração ou a terceiro, em decorrência de conduta culposa ou dolosa, de caráter comissivo ou omissivo.
- E) A absolvição criminal só afasta a responsabilidade administrativa e civil quando ficar decidida a inexistência do fato ou a não autoria imputada ao servidor.

24. O Artigo 40 da Constituição Federal assegura aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, o regime de previdência de caráter:

- A) previdenciário e participativo.
- B) proporcional e vinculado.
- C) preventivo.
- D) distributivo.
- E) contributivo e solidário.

25. De acordo com a Lei Complementar nº 68/92, constitui uma infração disciplinar punível com demissão:

- A) obstar o pleno exercício da atividade administrativa.
- B) faltar à verdade, com má-fé, no exercício das funções.
- C) deixar de pagar dívidas ou pensões a que esteja obrigado em virtude de decisão judicial.
- D) revelar segredo do qual se apropriou em razão do cargo.
- E) conceder diárias com o objetivo de remunerar outros serviços ou encargos, bem como recebê-las pela mesma razão ou fundamento.

26. De acordo com o Artigo 186 da Constituição Estadual de Rondônia, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e executada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua preparação e qualificação para o trabalho. Cabe aos Municípios prioritariamente:

- A) valorizar os profissionais do magistério, garantindo-lhes, na forma da lei, planos de carreira, envolvendo remuneração e outros benefícios.
- B) criar cursos técnicos.
- C) aplicar recursos financeiros na manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com o estabelecido na Constituição Federal.
- D) atuar no ensino fundamental e na pré-escola.
- E) garantir o acesso ao ensino supletivo.

27. Sobre os servidores públicos, uma das afirmativas está INCORRETA, de acordo com os preceitos constitucionais. Identifique-a.

- A) Em qualquer caso que exija o afastamento do servidor para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- B) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- C) O prazo de validade do concurso público é de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- D) Como condição para a aquisição da estabilidade, o servidor deverá passar por processo de avaliação de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
- E) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, bem como de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

28. Apenas uma das formas citadas NÃO se caracteriza como provimento de cargo público. Identifique-a.

- A) Reintegração.
- B) Readaptação.
- C) Promoção.
- D) Nomeação.
- E) Ascensão.

29. A reinvestidura do servidor público efetivo em cargo que ocupava anteriormente, após a invalidação de sua demissão, por decisão judicial, denomina-se:

- A) reintegração.
- B) remoção.
- C) revisão.
- D) reversão.
- E) readaptação.

30. Dentre os requisitos básicos para investidura em cargo público elencados abaixo, um NÃO se enquadra como essencial. Identifique-o.

- A) Gozo dos direitos políticos.
- B) Idade mínima de dezoito anos.
- C) Comprovação de ausência de condenação penal.
- D) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
- E) Aptidão física e mental.

- Informática Básica

31. No Microsoft Office Excel, qual expressão representa uma célula?

- A) =SOMA(A1:A4)
- B) A
- C) 1
- D) A1
- E) A1:A4

32. O que deve ser digitado para iniciar uma fórmula no Excel?

- A) Tecla F1.
- B) Um sinal de igual (=).
- C) Um parênteses.
- D) Uma função.
- E) Operadores matemáticos.

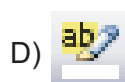
33. No Windows Explorer, a imagem  representa:


- A) uma impressora.
- B) um link para um site da internet.
- C) uma ferramenta.
- D) um arquivo.
- E) uma pasta.

34. Suponha que seu vídeo esteja configurado para a resolução de tela 1024 por 768 pixels. Qual configuração aumentará o tamanho da fonte, levando em conta a configuração citada?

- A) 1024 por 864.
- B) 800 por 768.
- C) 800 por 600.
- D) 2048 por 1536.
- E) 1153 por 864.

35. No Microsoft Office Word, qual ícone permite desfazer a digitação de um texto em um documento?



36. Observe a seguir a régua do Microsoft Office Word. Qual o nome da marcação representada pela imagem  ?



- A) Estilo de formatação.
- B) Espaçamento.
- C) Quadro.
- D) Margem.
- E) Parada de tabulação.

37. Para localizar um texto num site disponível na Internet, a ferramenta recomendada é:

- A) Google.
- B) Microsoft Outlook.
- C) Skype.
- D) Windows Explorer.
- E) Painel de Controle.

38. Suponha que você queira colocar no cabeçalho de um documento Word o nome do arquivo. A melhor forma de criar esse cabeçalho de forma a garantir que ao mudar o nome do arquivo, o cabeçalho exibirá o novo nome, de forma automática, sem a necessidade de que você altere, manualmente, o cabeçalho é:

- A) AutoCorreção.
- B) AutoTexto.
- C) Controle de Alterações.
- D) Modelo.
- E) AutoFormatação.

39. No Microsoft Office Outlook, considere a situação em que se deseja enviar um email sinalizado com prioridade alta. O ícone que permite fazer essa marcação na mensagem é:

- A) 
- B) 
- C) 
- D) 
- E) 

40. Qual a combinação de teclas no Windows Internet Explorer que estabelece o nível de zoom de 100%?

- A) CTRL -
- B) CTRL 100
- C) 100
- D) CTRL 0
- E) CTRL +

- Área de Formação

41. O texto do projeto de lei que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011” incluiu uma seção que trata “Das Revisões e Alterações do Plano”. Considerando características vigentes do orçamento público nacional, as alterações previstas nesta seção permitiram a inclusão ou exclusão dos programas e:

- A) não permitiram alterações relativas à denominação, objetivo, público alvo, inclusão ou exclusão de ações orçamentárias, alteração do título, produto ou unidade medida das ações.
- B) permitiram alterações relativas à denominação, objetivo, público alvo, inclusão ou exclusão de ações orçamentárias, alteração do título, produto ou unidade medida das ações e a alteração das fontes de recursos que financiaram os projetos.
- C) não permitiram alterações relativas à denominação, objetivo, público alvo, e permitiram a inclusão ou exclusão de ações orçamentárias, alteração do título, produto ou unidade medida das ações.
- D) permitiram alterações relativas à denominação, objetivo, público alvo, inclusão ou exclusão de ações orçamentárias, alteração do título, produto ou unidade medida das ações.
- E) permitiram alterações relativas à denominação, objetivo, público alvo, inclusão ou exclusão de ações orçamentárias, contudo não permitiram alteração do título, produto ou unidade medida das ações, ou alteração das fontes de recursos que financiariam os projetos.

42. A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, prevê a classificação da despesa de capital em três grupos: Investimentos, Inversões Financeiras e Transferências de Capital. Com base no texto legal, podemos afirmar que são classificados como:

- A) Transferências de Capital, as dotações destinadas às subvenções para atender à manutenção de instituições públicas de caráter assistencial sem finalidade lucrativa.
- B) Inversões Financeiras, as dotações destinadas à constituição ou aumento do capital de empresas comerciais.
- C) Investimentos, as dotações destinadas à aquisição de ações de empresas, nas situações em que não representam um aumento de capital.
- D) Investimentos, as dotações destinadas às instituições públicas de caráter assistencial sem finalidade lucrativa.
- E) Inversões Financeiras, as dotações destinadas à cobertura de despesas de custeio de empresas públicas ou privadas.

43. De acordo com a Instrução Normativa STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997, que disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos, é vedado celebrar convênio, efetuar transferência, ou conceder benefícios sob qualquer modalidade, destinado a órgão ou entidade da Administração Pública Federal, estadual, municipal, do Distrito Federal, ou para qualquer órgão ou entidade, de direito público ou privado, que esteja em mora, inadimplente com outros convênios ou não esteja em situação de regularidade para com a União ou com entidade da Administração Pública Federal Indireta. Considera-se uma situação de inadimplência sem possibilidade de suspensão dessa situação, o conveniente que:

- A) apresentou a prestação de contas total dos recursos recebidos, mas que esteja em débito junto a qualquer órgão ou entidade, pública ou privada.
- B) não tenha apresentado a prestação de contas dos recursos recebidos, ainda que haja a suspensão dessa situação por ato expresso do ordenador de despesas do órgão concedente.
- C) não tiver a sua prestação de contas aprovada em decorrência de fato que resultou em prejuízo ao erário, sob a direção do mesmo administrador, após instaurada a tomada de contas especial, com inscrição do responsável em “Diversos Responsáveis”.
- D) não apresentou a prestação de contas parcial dos recursos recebidos, mas tenha ocorrido a instauração da devida tomada de contas especial, com inscrição, responsável em “Diversos Responsáveis” e sob a direção de outro administrador.
- E) apresentou a prestação de contas parcial dos recursos recebidos e não tenha obtido a sua prestação de contas aprovada pelo concedente, ainda que seja devido a um fato que não resulte em prejuízo ao erário.

44. De acordo com o Artigo 9º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, as perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica poderão ser deduzidas como despesas, para determinação do lucro real, quando:

- A) proveniente de vendas com reserva de domínio, de alienação fiduciária em garantia, vencidos há mais de dois anos, desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para o seu recebimento ou o arresto das garantias.
- B) contra devedor declarado falido ou pessoa jurídica declarada concordatária, relativamente à parcela que tenha se comprometido a pagar.
- C) superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por operação, vencidos há mais de um ano, desde que mantida a cobrança administrativa, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento.
- D) tenha havido a declaração de insolvência do devedor, independente de sentença do Poder Judiciário.
- E) sem garantia de valor, acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por operação, vencidos há mais de seis meses, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento.

45. De acordo com a interpretação da Lei nº 4.320 no livro “A Lei 4.320 comentada de Heraldo Costa Reis e J. Teixeira Machado Júnior”, os incisos do Artigo 7º configuram exceções ao princípio da exclusividade. Estão permitidos que constem da Lei do Orçamento autorização para o Poder Executivo:

- A) abrir créditos especiais extraordinários e realizar operações de crédito por antecipação de receita.
- B) realizar operações de crédito por antecipação de receita e abrir créditos suplementares até determinada importância.
- C) realizar alienação de bens imóveis e abrir créditos especiais extraordinários.
- D) abrir créditos suplementares até determinada importância e realizar alienação de bens imóveis.
- E) realizar operações de crédito para atender a cobertura de déficit e abrir créditos suplementares até determinada importância.

46. De acordo com o descrito no Artigo 1º da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004, os órgãos da Administração federal direta, as autarquias, as fundações federais, as empresas públicas, as sociedades de economia mista reterão, na fonte, o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS – e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral. Em seu Artigo 22 trata da aquisição de bens imóveis, onde determina a seguinte regra:

- A) se o imóvel adquirido pertencer ao ativo permanente da empresa vendedora ou pessoa jurídica que exerce a atividade de compra e venda de imóveis, cabe a retenção prevista no Art. 1º da Instrução Normativa, sobre o total a ser pago.
- B) quando se tratar de imóveis adquiridos de entidades abertas de previdência complementar sem fins lucrativos, cabe a retenção tão somente do imposto de renda e da CSLL.
- C) se o imóvel adquirido pertencer ao ativo permanente de entidades abertas de previdência, cabe a retenção prevista no Art. 1º da Instrução Normativa, sobre o total a ser pago.
- D) quando o vendedor for pessoa jurídica que exerce a atividade de compra e venda de imóveis, cabe a retenção tão somente do imposto de renda e da CSLL.
- E) quando o imóvel adquirido pertencer a entidades abertas de previdência complementar sem fins lucrativos, cabe a retenção prevista no Art. 1º da Instrução Normativa, sobre o total a ser pago.

47. De acordo com o descrito no Artigo 7º da Resolução CFC nº 1.282/10, “O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional”. Partindo desta determinação, as bases de mensuração recomendadas são:

- A) devem utilizar as bases de mensuração do custo histórico e das variações do custo histórico, em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas.
- B) devem utilizar o custo histórico inicialmente, sendo ajustados para o valor justo a cada exercício.
- C) os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa ajustados ao valor de liquidação.
- D) devem utilizar em graus distintos e combinados, ao longo do tempo, de diferentes formas o custo histórico e o valor presente bruto.
- E) devem utilizar, exclusivamente, o custo histórico e o valor justo dos recursos entregues para adquiri-los.

48. Conforme descrito na Resolução CFC nº 1.282/10, entende-se por valor justo:

- A) o valor presente, descontado do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade.
- B) o valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade.
- C) valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela venda em uma forma ordenada.
- D) o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos.
- E) o valor ajustado da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais, reconhecendo os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda.

49. De acordo com a Lei nº 6.404 atualizada, no balanço, os elementos do ativo serão avaliados pelo seu valor justo quando se tratar de:

- A) direitos que tenham por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado.
- B) investimentos em participação no capital social de outras sociedades, ressalvado os investimentos em coligadas, controladas e as que façam parte de um mesmo grupo.
- C) direitos classificados no imobilizado, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão.
- D) aplicações em instrumentos financeiros, em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo, destinados à negociação ou disponíveis para venda.
- E) aplicações em instrumentos financeiros, em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo e não destinadas à negociação.

50. São variações passivas resultantes da execução orçamentária:

- A) a utilização efetiva de recursos (bens e serviços) na produção ou prestação de serviços.
- B) os fatos não monetários que resultaram em decréscimos na situação líquida anterior.
- C) os fatos não monetários que resultaram em acréscimos na situação líquida anterior.
- D) as receitas financeiras ocorridas no exercício.
- E) a baixa de valores do passivo permanente da entidade.

51. Conforme descrito no CPC nº 03, “as informações sobre o fluxo de caixa de uma entidade são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.” Neste CPC, define-se a expressão “equivalentes de caixa” como o montante:

- A) das aplicações financeiras de curto prazo, que podem ser conversíveis em moeda e que estão sujeitas a um risco potencial de mudança de valor.
- B) das aplicações financeiras de curto prazo, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- C) das contas que integram o Ativo Circulante, e como tal são consideradas como conversíveis em moeda até o fim do exercício seguinte.
- D) de numerário depositado na rede bancária disponível imediatamente, sem estar sujeito a qualquer risco de mudança de valor.
- E) das aplicações financeiras de curto ou longo prazo, que podem ser conversíveis em moeda e que não estão sujeitas a nenhum risco de mudança de valor.

52. Conforme descrito no CPC nº 03 (R2), a demonstração dos fluxos de caixa deve apresentar os fluxos de caixa do período, classificados por atividades:

- A) fins, meio e de financiamento.
- B) de investimento, de manutenção e de financiamento.
- C) operacionais, de investimento e de financiamento.
- D) operacionais diretas e indiretas e de investimento.
- E) operacionais, financeiras e outras.

53. Em “Análise de Balanços”, entende-se por Liquidez Seca o índice obtido através da conta:

- A) Disponibilidades dividido pelo Passivo Circulante.
- B) Disponibilidades dividido por Duplicatas a Pagar.
- C) (Ativo Circulante mais Realizável no Longo Prazo) dividido pelo Passivo Exigível.
- D) (Ativo Circulante menos Estoques) dividido pelo Passivo Circulante.
- E) (Ativo Circulante menos Duplicatas a Receber) dividido pelo Passivo Circulante.

54. Conforme o Plano de Contas Único da União, o saldo da conta “3.5.2.0.0.00.00 Transferências Intergovernamentais” compreende as seguintes variações patrimoniais:

- A) diminutivas decorrentes de transferências de bens e/ou valores aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios, exceto para as entidades vinculadas.
- B) diminutivas decorrentes de transferências de bens e/ou valores à União, aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios, inclusive as entidades vinculadas.
- C) aumentativas decorrentes de transferências de bens e/ou valores à União, aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios, exceto para as entidades vinculadas.
- D) diminutivas decorrentes de transferências de bens e/ou valores aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios, inclusive as entidades vinculadas.
- E) aumentativas decorrentes de transferências de bens e/ou valores aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios, inclusive as entidades vinculadas.

55. O plano de contas único do SIAFI representa um conjunto das contas utilizáveis em:

- A) toda a Administração Pública federal e estadual, organizadas e codificadas com o propósito de sistematizar e uniformizar o registro contábil dos atos e fatos de gestão, e permitir a obtenção dos dados relativos ao patrimônio da União e dos estados.
- B) toda a Administração Pública federal, estadual e municipal, organizadas e codificadas com o propósito de sistematizar e uniformizar o registro contábil dos atos e fatos de gestão, e permitir a obtenção dos dados relativos ao patrimônio governamental, excluído apenas o patrimônio de empresas públicas e de economia mista.
- C) toda a Administração Pública, organizadas e codificadas com o propósito de sistematizar e uniformizar o registro contábil dos atos e fatos de gestão, e permitir a obtenção dos dados relativos ao patrimônio governamental, incluindo o patrimônio de empresas públicas e de economia mista.
- D) toda a Administração Pública nacional, organizadas e codificadas com o propósito de sistematizar e uniformizar o registro contábil dos atos e fatos de gestão, e permitir a obtenção dos dados relativos ao patrimônio governamental.
- E) toda a Administração Pública federal, organizadas e codificadas com o propósito de sistematizar e uniformizar o registro contábil dos atos e fatos de gestão, e permitir a obtenção dos dados relativos ao patrimônio da União.

56. Observa-se um déficit de previsão no Balanço Orçamentário quando há:

- A) execução das despesas inferior à realização da receita.
- B) realização da receita inferior à execução da despesa.
- C) realização da receita superior à previsão da receita.
- D) fixação inicial de despesas inferior à previsão de receitas.
- E) abertura de créditos orçamentários adicionais no decorrer do exercício.

57. Segundo a Lei nº 4.320/64, em seu Artigo 92, a dívida fluante compreende:

- A) os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida, os depósitos e os créditos de tesouraria.
- B) os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar e os créditos de tesouraria.
- C) os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.
- D) os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida, os depósitos e os débitos de tesouraria.
- E) os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar e os débitos de tesouraria.

58. De acordo com a NBC T 1 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis aprovada através da Resolução CFC nº 1121, as características qualitativas são os atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários. As quatro principais características qualitativas são:

- A) compreensibilidade, relevância, materialidade e comparabilidade.
- B) tempestividade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.
- C) materialidade, relevância, confiabilidade e tempestividade.
- D) compreensibilidade, tempestividade, confiabilidade e comparabilidade.
- E) compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.

59. A Lei nº 6.404 atualizada determina um conjunto de grupos de contas que integram o patrimônio líquido. Qual alternativa apresenta adequadamente o conjunto de todos os grupos que integram o patrimônio líquido?

- A) reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.
- B) reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados.
- C) reservas de capital, reservas de lucros, reservas de reavaliação, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.
- D) reservas de capital, reservas de lucros, ações em tesouraria, lucros acumulados e prejuízos acumulados.
- E) reservas de lucros, reservas de reavaliação, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

60. De acordo com a Lei nº 6.404 atualizada, qual alternativa apresenta o conjunto de todos os grupos que integram o ativo não circulante?

- A) investimentos, ativo permanente e diferido.
- B) ativo realizável a longo prazo, investimentos, ativo permanente e intangível.
- C) ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.
- D) ativo realizável a longo prazo, investimentos, ativo permanente, intangível e diferido.
- E) investimentos, imobilizado, intangível e diferido.